

GONÇALVES, Scheilla Nunes. (2018), MULHERES DOS ESCOMBROS: A CONDIÇÃO DAS MULHERES PERIFÉRICAS EM TEMPOS DE CATÁSTROFES. Rio de Janeiro, UFRJ, (Editora), 208p.

"Capitalismo e crime é como níquel e o ímã: é sempre atração forte."

bingo, Don L [2021].

Diadorim Maria Rodrigues

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Contato:

<diadorim.rodrigues@gmail.com>

Esta resenha tenciona produzir uma análise da tese de doutorado "Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes" da autora Scheilla Nunes Gonçalves, defendida em 2018, que possui como propósito "demonstrar o potencial elucidativo de uma crítica categorial do patriarcado capitalista para a compreensão de sua crise e do vínculo que considero existir entre esta e o atual aumento da violência contra as mulheres" (GONÇALVES, 2018, p. 25). Gonçalves é doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), além de possuir mestrado (2012) na mesma área e instituição e ser graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009). Atuou até então principalmente no estudo dos seguintes temas: pesquisa e produção social de conhecimento na contemporaneidade, crise do capitalismo, feminismo, violência contra a mulher e a condição das mulheres na periferia do capitalismo.

O argumento central que a autora desenvolve em sua obra se situa no campo da crítica do valor-dissociação ao tratar da constituição do patriarcado capitalista e sua responsabilidade, no atual momento histórico, pela violência contra as mulheres, em virtude da complexa crise estrutural que mina esse sistema. Para tanto, Gonçalves parte das elaborações de Roswitha Scholz para tratar da especificidade histórica da determinação patriarcal das relações sociais. Desse modo, esse argumento investiga uma estrutura cultural a partir de um entendimento específico da estrutura patriarcal, pensada como "patriarcado sem sujeito" (SCHOLZ, 2013).

Essa estrutura se constitui e se estrutura a partir da cisão de duas esferas, a masculina e a feminina, de modo que a primeira diz respeito ao trabalho abstrato, ao Estado, à política, à arte, à ciência, etc, ao homem; ao passo que a esfera privada incide no ideal feminino, constituído pela família, pela sexualidade, pela subjetividade, etc. Assim, o privado como espaço primordialmente feminino é funcionalizado como um "recosto" do público, espaço masculino por excelência. Portanto, para o campo teórico conhecido como crítica do valor-dissociação, a cisão entre as esferas do homem e da mulher é fundamento indissociável do patriarcado produtor de mercadorias.

Assim, com essa cisão, e no contexto do desenvolvimento da Modernidade, o homem foi equiparado à cultura e a mulher à natureza. A ascensão do homem como protagonista da socialização do valor requereu que as outras esferas (externas à produção de valor) também fossem importantes, integrando-

-se e fazendo-se necessárias para a manutenção da esfera pública – assim, invocando uma sombra do valor. Desse modo, o movimento argumentativo feito por Gonçalves é o da "compreensão histórico-crítica da teoria de Marx que não naturaliza o 'valor', reconhecendo-o como forma de representação do trabalho abstrato que, ao ascender como princípio masculino, produz o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental" (GONÇALVES, 2018, p. 27).

Adiante, a autora articula o argumento de Robert Kurz (1997), que trata das origens destrutivas do capitalismo, para traçar relações entre a acumulação primitiva, a violência e a fundação do patriarcado capitalista. Segundo Kurz (1997), a forma social capitalista teria surgido em decorrência da emergência das armas de fogo, uma vez que elas tornaram obsoletas a cavalaria feudal e suas formas pré-capitalistas; com o surgimento dos canhões, extrapolaram-se os meios de produção até então existentes, ocasionando a exigência da construção de grandes fábricas e de uma indústria armamentista específica. Junto a isso, foi necessário que houvesse uma economia de guerra que, por sua vez, gerou capitalistas usurários e comerciais, um exército e soldados que se tornaram protótipos dos assalariados modernos, outrora antigos guerreiros agrários. E é através de proclamações de "liberdade" e "progresso" que se oculta o traço que relaciona a guerra ao capitalismo. Portanto, é imprescindível compreender as atrocidades soterradas pelas ilusões capitalistas que foram fundidas na sua constituição para assimilar outras atrocidades – as do presente. Sobre esse ponto, Gonçalves destaca a importância de pôr em análise a ascensão da modernidade e sua relação com as armas de fogo para compreender a violência forjada pelo patriarcado moderno.

Com isso, Gonçalves mobiliza a tese de Silvia Federici (2016), presente no livro "O Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva", que lança luz sobre o papel da caça às bruxas para a acumulação primitiva que ocorreu entre os séculos XVI e XVII na Europa e no Novo Mundo como um impulso importante para o desenvolvimento do capitalismo, assim como o foram a colonização e a expropriação do campesinato europeu moderno de suas terras. Federici também assinala que a transição do modo de produção feudal para o capitalismo é primordial para a teoria feminista, uma vez que é operada a reconfiguração das tarefas (re)produtivas e das relações entre homens e mulheres, por meio de instrumentos de violência e intervenção do Estado.

Gonçalves, através de Federici, nos apresenta um panorama histórico, começando no final do século XV, após a Peste Bubônica que ceifou de 30%

a 40% da população europeia, sobre o surgimento de uma política sexual que marca o nascimento do Estado. As autoridades políticas recrutaram os mais jovens e rebeldes para desempenharem políticas sexuais que permitiram que violações deixassem de ser consideradas delitos se as vítimas fossem mulheres de classe baixa. Não houve qualquer esforço para ocultar tais práticas, de modo a legitimar uma ação misógina e relativizar uma violência contra a mulher, acenando para a caça às bruxas que aconteceria no mesmo período.

Para Federici, a principal ação do Estado para aumentar a população foi dissociar o controle das mulheres sobre seus corpos e a sua reprodução, impondo às pessoas com útero uma severa pena contra a anticoncepção, o aborto e o infanticídio. Houve também a demonização do controle de natalidade e da sexualidade que não fosse estritamente reprodutiva, através da caça às bruxas. Além disso, as parteiras foram destituídas de seus trabalhos e trocadas por homens, colocando a mulher como sujeito passivo do parto. “O resultado desta política que durou séculos foi a transformação do útero feminino em território público sobre o qual atua e arbitra o Estado e a ciência como esferas masculinas” (GONÇALVES, 2018, p. 46).

Esse panorama histórico exposto por Federici em “O Calibã e a bruxa” e exposto por Gonçalves acena para um processo que, violentamente, torna central o trabalho assalariado, dissociando o feminino dessa esfera. Gonçalves argumenta que é necessário estabelecer que a dissociação do feminino está vinculada ao fortalecimento da forma-valor e, assim, aos outros elementos que lhe são constitutivos, uma vez que uma distribuição de riquezas mais justa e uma remuneração do trabalho doméstico não seriam suficientes para superá-los.

Nesse sentido, Gonçalves desenvolve o argumento da constituição histórica do patriarcado capitalista como resultado da relação entre a forma social e a forma de pensamento na história. A fundação dos princípios iluministas sempre esteve articulada aos pressupostos de exclusão que privilegiaram o indivíduo branco, cis e masculino. A ciência moderna carrega no seu bojo racional essa irracionalidade. A racionalidade moderna não está sexualmente isenta; ela ampara em si categorias em que o gênero esteve à mercê do desenvolvimento ao longo da historicidade da ciência moderna. O conhecimento moderno se fundamenta no formalismo matemático, preocupando-se em classificar e calcular apenas. O pensamento rejeita a contradição, o conflito, a historicidade e as particularidades, obscurecendo a vista sobre o fenômeno da barbárie na sociedade em detrimento de uma aparelhagem matemática (e utilitarista), conjugando e fazendo de si a única medição válida do mundo. Com isso, o caos da natureza passa a ser associado ao feminino. Contudo, a natureza é somente feminina quando for ameaçadora, anárquica, difusa, múltipla e impura; quando representa, então, o cognoscível, o soberano e a racionalidade, ela recai no masculino.

Portanto, Gonçalves apresenta um trabalho histórico ao lançar luz sobre várias relações causais. A começar pelo deslocamento do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista em virtude das armas de fogo, provocando uma mo-

bilização de matéria prima e de força de trabalho para que essa nova configuração tivesse êxito. Na medida em que foi necessária a procura de metais para esse processo, houve também a necessidade de expandir as indústrias mineiras e siderúrgicas. Foi preciso uma logística que não era suportada pelo modo de produção até então desenvolvido pelo sistema feudal. A partir daí, o dinheiro passou a ser a medida de todas as coisas. O capitalismo se desenvolve de tal forma na modernidade, a partir de suas próprias contradições produzidas pela sua automação, que se depara então com seus limites lógicos: “à medida que a eliminação de trabalho vivo, que é a única fonte de criação de mais-valor, efetivamente impõe limites ao crescimento da acumulação real, vê-se que há um limite lógico para a acumulação como um fim em si do sistema produtor de mercadorias” (GONÇALVES, 2018, p. 75).

A autora parte da compreensão de que, a partir dos anos de 1970, houve uma expansão ainda maior do capitalismo para todas as esferas da vida social, subjugando a natureza em sua formatação sistêmica de produção, tornando-a uma mercadoria para ser consumida pelos complexos financeiros-agroindustriais. A crescente urbanização pelo mundo tem realocado um contingente de indivíduos para as grandes cidades, gerando um amontoado de misérias e violências, ao passo que isso representa o triunfo do capital. Em consequência disso, novos cozeiros dessa forma social são gerados, sendo a sua própria expansão e a quantidade finita de recursos naturais para a sua manutenção.

Trata-se de uma crise estrutural, portanto, cuja forma social não consegue se produzir sem se autodestruir. Gonçalves, em sua nota de rodapé, explica que, dentre as abordagens sobre a teoria da crise, a saber, de Mészáros (2002, 2010) e Mandel (1985), por exemplo, optou por aquela desenvolvida por Kurz (1998, 2014), justamente por esta apresentar uma crítica categorial do patriarcado produtor de mercadorias e conceber a lógica da “contradição em processo” (enunciada por Marx).

Neste ponto do texto, Gonçalves articula e resgata o argumento da leitura dessa crise estrutural a partir dos pressupostos críticos do valor-dissociação, relacionando-a com a pertinência da dissociação do feminino, a guerra e a destruição dos recursos naturais e, adiante, com a condição do caos brasileiro e a condição das mulheres no país. Não houve, portanto, uma superação no patriarcado produtor de mercadorias nesse contexto de crise, muito pelo contrário: houve o seu “asselvajamento”; pois (aqui um ponto muito forte) a forma-valor hoje determina objetiva e normativamente quase tudo. Nas violentas rupturas sociais da crise mundial, as mulheres são responsabilizadas já não apenas pela esfera da reprodução, mas em igual medida pelo sustento da casa, sendo que mantém a discriminação e a violência as quais estão submetidas (GONÇALVES, 2018, p. 84).

Sobre a relação que se estabelece entre o patriarcado produtor de mercadorias e a guerra, é importante notar como o surgimento do capitalismo esteve imbricado com a revolução das armas de fogo, como também o seu amadurecimento no século XX foi caracterizado para suplantando as guerras deste século. Nesse sentido, as mulheres associa-

das, por sua vez, à natureza, à passividade e outras categorias dissociativas, entram em contraste com os valores associados aos homens, que são a coragem, os grandes feitos, a capacidade, a guerra (mas não a guerra em sua totalidade; a guerra somente enquanto atos heróicos e não em sua dimensão destrutiva). Desse modo, parece ser um pressuposto do patriarcado capitalista a marginalização e o desprezo pela mulher, bem como pelas esferas da natureza e do social, uma vez que as necessidades do mercado prevalecem em relação às vidas humanas. O homem, sendo assim, é a formatação do ser humano, senhor da vida e da morte, da política e da economia, da guerra e seus atributos – sendo este compreendido pela racionalidade masculina moderna como um sacrifício necessário para se atingir o êxito econômico, a produção de riquezas e, em última instância, a “civilização”.

Não cabe, para a autora, apreender essa realidade violenta com o objetivo de valorizar então o feminino dissociado, tampouco superestimá-lo, uma vez que o revés do valor também o constitui. Apresenta-se o desafio do movimento ainda maior para superá-lo, devendo-se encará-lo como uma experiência que empobrece a existência humana em sua totalidade. À parte disso, a autora retoma o fim irreversível do patriarcado produtor de mercadorias na medida em que ele nega a força de trabalho humano em detrimento do processo altamente tecnológico, gerando, assim, uma massa de excluídos sob o teto da barbárie. Das mulheres, é esperado que administrem a reprodução da vida e suportem a violação de seus corpos; aos homens, são atribuídas as tarefas da guerra, como, por exemplo, o tráfico de drogas, ramos de conflitos armados etc. O que Gonçalves argumenta é que esse contingente de pessoas sem lugar acaba por ser destinado à criminalidade, assim:

(...) de qualquer maneira, para os “sobrantes”, a criminalização está colocada de antemão, se desde a juventude são apresentadas às populações excluídas as atividades à margem da legalidade como opção para ter algum acesso ao universo de consumo dos incluídos, a barbárie a que estão submetidos independente de qualquer associação ao crime, via de regra suas vidas são marcadas pela violência cotidiana determinada pelo território da moradia, pela cor da pele, pelas marcas da pobreza, num cenário de guerra em que os alvos são sempre os mesmos (GONÇALVES, 2018, p. 93).

Ao encerrar o capítulo, Gonçalves acentua a urgência mediante a qual nos deparamos. Tratar desse quadro de crise estrutural supracitado e condição obrigatória para produzirmos uma síntese capaz de nos lançarmos para um horizonte que rompa com essas categorias do patriarcado capitalista. Essa forma social engendra mecanismos de opressão que fortalecem um panorama bárbaro de punição. É importante, assim, salientar que é impossível tratar da violência sexista direcionada às mulheres (principalmente as periféricas, uma vez que são o impulso central da tese) com os mesmos instrumentos punitivos que a fundamentam.

No capítulo “Formação nacional ao revés”, Gon-

çalves discute a experiência do desenvolvimento capitalista no Brasil criticando o atual debate público, uma vez que ele se assenta em polarizações simplistas que dizem apenas sobre as diferenças projetivas nas estratégias de administração do Estado. De modo geral, a gravidade da crise mundial não é abordada nessas discussões. Em consequência disso, a crise econômica nacional é tratada exclusivamente em termos políticos, como se o erro estivesse nas escolhas administrativas do Estado. E mais, são reivindicados a luta por direitos, a distribuição mais equânime de riquezas, o trabalho, sem levar em consideração que o capitalismo não possibilitou nenhum cenário emancipatório no globo.

Gonçalves busca produzir uma crítica das aspirações que giraram em falso em torno da realidade do capitalismo periférico. Segundo a autora, “o esforço custoso de sacrifícios e o fracasso do processo de modernização no Brasil não são particularidades nossas (...), na verdade são parte da imposição destrutiva da capital e do seu colapso” (GONÇALVES, 2018, p. 114). Por sua vez, o mito do desenvolvimento se pauta na crença de que o pico de evolução já tenha sido atingido por alguns, no caso os países industriais e os centros urbanos, insinuando que os *Outros* (mulheres, povos não brancos ocidentais, camponeses, ciganos...), os países subdesenvolvidos, poderiam alcançá-los caso se esforçassem. Nesse processo, contudo, é aparentemente ignorada a violência que foi imputada para constituir essa forma social capitalista em detrimento dos *Outros* e da natureza.

Durante muito tempo, foi possível sustentar o mito do crescimento ilimitado em virtude das divisões coloniais do mundo. A relação hierárquica entre centro e periferia, homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, Norte e Sul, permitiu a *exteriorização dos custos*, expressão de Mies (1993), possibilitando a expansão dos imperativos econômicos do capitalismo: muito frequentemente os custos econômicos, ecológicos e sociais do crescimento constante tem sido transferidos para as periferias do Sul e suas populações. Assim como recai sobre as mulheres os custos da reprodução da vida. Trata-se do *revés obscuro do valor*, tese de Scholz (2013), sobre a dissociação-sexual, marcando-se como um fator constituinte do patriarcado produtor moderno. Contudo, o limite material do mundo não é infinito.

É preciso reconhecer o caráter destrutivo do desenvolvimento e das formulações abstratas que o acompanhou, reconhecendo também que os resultados predatórios e o colapso do desenvolvimento levam ao aprofundamento da violência. Não há extração de petróleo sem assumir graves riscos humanos e ecológicos e não há monocultura que preserve o solo, por exemplo. Portanto, “não há produção de mercadorias social e ecologicamente sustentável” (GONÇALVES, 2018, p. 120). Em relação à violência contra as mulheres, segundo a autora, o recrudescimento da pobreza agrava o quadro no qual muitos homens, impossibilitados de participarem dos espaços de poder, procuram formas de expressar sua virilidade, como, por exemplo, o nacionalismo, o fundamentalismo religioso, o militarismo, o moralismo, etc.

Por fim, a autora acena para uma quebra das expectativas positivas que giram em falso em torno

da modernização capitalista. Nesse sentido, pensar o sofrimento das mulheres periféricas, aqui chamadas de “mulheres dos escombros”, implica “mobilizar muitas pás para retirar o acúmulo de destroços que nos impede de visualizar qualquer horizonte” (GONÇALVES, 2018, p. 124). Ademais, além de reconhecer que é uma impossibilidade lógica aspirar ocupar espaços de poder estruturalmente masculinos e destrutivos, é importante entender que não há vida possível nesse processo.

Adiante, ao discutir a violência colonial e a invenção da raça, Gonçalves diz que o colonialismo consiste em uma condição de existência da modernidade na periferia do capitalismo, não sendo algum traço característico do pré-capitalismo que foi carregado por incompetência e, portanto, que deva ser superado. Nesse sentido, Gonçalves cita Maurílio Botelho (2013), a partir do ensaio “Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina”, argumentando para compreender a periferia do sistema global não como uma simples extensão territorial e econômica do mercado, mas como o seu *Outro*, conferido justamente pelo processo de modernização e de dissociação. Portanto, busca situar a “colonialidade como traço destrutivo da modernidade” (GONÇALVES, 2018, 126). Não obstante, a construção do ideário do europeu “civilizado” atrelada a uma forma abstrata de liberdade faz com que a violência sistemática desse modo colonial de operação seja apagada em detrimento do “aventureiro corajoso que enfrenta povos selvagens com o objetivo de salvar o mundo”.

Os povos atravessados pela colonização foram sendo incorporados por meio de dinâmicas de classificação, seleção e discriminação, possibilitando que eles fossem subjugados. É então naturalizada a forma como uma infinidade de etnias são apagadas e reduzidas a definições que exterminam as diferenças. Gonçalves diz que essas classificações redutoras “atuam para definir discriminações generalistas sobre o que consideram ser índios e negros, utilizando-se para efetivar divisões da força de trabalho de acordo com as novas necessidades do mercado em formação – o que vai determinar a criação da concepção de *raça*” (GONÇALVES, 2018, p. 128).

A concepção de raça surge a posteriori para justificar a escravidão negra, por exemplo, inventando atributos físicos. Para Quijano (2005), citado por Gonçalves, nada tem a ver a biologia com o constructo raso da raça, mas sim com a história do capitalismo mundial a partir da relação entre colonialismo e a modernidade eurocentrada. Assim, se o trabalho livre é a forma mais acabada da modernidade, relegar aos grupos inferiorizados outras formas de produção (nesse caso, não assalariadas) é prática evidenciada pela colonialidade, ou seja, o critério racial acompanha a forma necessária de inserção na dinâmica global da produção de mercadorias.

Argumenta-se que a criação das categorias de negro e indígena estiveram associadas à implementação de relações de produção não assalariadas no processo de colonização. Estas, por sua vez, estavam submetidas ao processo de produção de mercadorias do capital. Assim, mesmo depois que os negros e indígenas são incorporados no trabalho assalariado, suas condições são quase sempre inferiores. Essa compreensão permite superar o esque-

ma escravismo-feudalismo-capitalismo e inscrever essa complexidade da contradição em processo que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo.

Sobre o processo histórico no qual se constitui o capitalismo no Brasil, Gonçalves utiliza Caio Prado Júnior (2000) para apontar que a colônia atuaria como uma empresa produtora de mercadorias, isto é, os critérios de inserção na moderna produção mundial capitalista foram os pressupostos da formação do Estado Nacional brasileiro. As relações de produção que se dão nesse contexto convergem para a lucratividade do mercado europeu, de modo que as relações escravistas e de trabalho livre materializadas nesse contexto se constituem como especificidades de um mesmo todo capitalista em processo. Com isso, a escravidão moderna efetivamente não poderia ser caracterizada a partir do escravizado, portanto, como substrato de um modo de produção específico, mas como uma “instituição submetida às determinações da acumulação primitiva de formação do modo de produção capitalista, que imprimiam o seu sentido” (LABUR, 2010, p. 5).

Entre os anos de 1930 e 1970 um novo padrão de intervenção estatal passou a ser possível para um Estado que progressivamente se automatiza ao mesmo tempo em que se centralizava. Uma industrialização subsequente foi permitida mediante algumas condições, como, por exemplo, o estabelecimento de uma legislação trabalhista (a concretização das Leis Trabalhistas em 1943) e a formação de um parque industrial de base (a criação da Petrobras, siderúrgicas e metalúrgicas). A industrialização brasileira é intensificada com o fim da Segunda Guerra Mundial, por conta do *boom* fordista em uma espécie de expansão intensiva. A crise econômica dos anos 60, por sua vez, que desaguou no golpe civil-militar de 1964, poder ser entendida com parte do processo de ficcionalização da reprodução do capital que, neste período, expressa seus primeiros indícios, porquanto o endividamento passa a assumir relevância para a reprodução – não obstante o aumento da mais-valia global proporcionada pela exportação de capitais do boom fordista (LABUR, 2010).

Durante o período da ditadura civil-militar (1964 a 1985), a modernização retardatária que se desdobra a fim de atingir os níveis de produtividade impostos pela revolução da microeletrônica demonstra que a extensão do capital e da mais-valia produzida no processo de acumulação das empresas coexistiram com a dinâmica fictícia de acumulação, o que, por sua vez, vai se tornando uma condição necessária para viabilizar a reprodução do capital no país (LABUR, 2010). A ditadura havia completado o formato de substituição de importações iniciado nos anos de 1930, assim, a industrialização e urbanização tardias realizadas sob esse modelo correspondem ao completo desenvolvimento das relações sociais modernas em um país periférico. Com isso, a plena configuração dessa sociedade não acena para uma falta de capitalismo, à incapacidade burguesa ou à massa inapta à ética do trabalho: trata-se de uma condição imposta às periferias pela concorrência mundial. Portanto, “o esgotamento do ciclo da ditadura brasileira explicita a impossibilidade de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas do centro do capitalismo” (GONÇALVES, 2018, p. 138).

Nos anos de 1990, as transformações do capitalismo nos países centrais atravessaram a crise do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações nos anos de 1990 fazendo com que resolução de impasses fossem implantadas. Assim, importantes setores da indústria brasileira fecharam ou foram vendidas aos grandes monopólios multinacionais. Com isso, o Brasil se afunda mais e mais na sua condição periférica, uma vez que estava absolutamente dependente dos centros econômicos do mundo. Ainda que os países da periferia produzissem matérias-primas com alta tecnologia importada, eles não seriam capazes de concorrer no mercado mundial. A crítica feita por Gonçalves neste capítulo está inscrita na necessidade incontornável de superar os limites da forma social como, por exemplo, a exploração do trabalho, para que seja possível questionar a imposição do trabalho abstrato como traço destrutivo desse sistema de produção.

Entre 2003 e 2008, após duas décadas de crise, a economia brasileira presenciou um processo de reanimação artificial, o que Kurz chamou de “fugas para frente”, uma reação do capital no formato de bolhas especulativas. Durante esse período, os governos petistas investiram toda força destrutiva, tanto social quanto ecológica, do desenvolvimentismo. Assim, a ascensão do preço das *commodities* favoreceu o agronegócio e a extração vegetal e mineral, o que permitiu uma inversão na tendência de déficit da balança comercial do quadro de desindustrialização. A partir disso, houve um aquecimento do consumo no mercado interno por meio de ganhos reais no salário mínimo e farta oferta de crédito, provocando um crescimento no setor de serviços e a criação rapidamente de milhões de empregos de baixa remuneração e qualificação (MENEGAT, 2015).

No contexto proporcionado pelas bolhas financeiras, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi responsável por construir um “sistema original de gestão de uma sociedade que desmorona” (MENEGAT, 2015, p. 6), desviando-se do conflito antigo entre reforma e revolução. É preciso reconhecer, nesse sentido, a função (e, em um segundo momento, o limite) das políticas sociais apenas como plano complementar do esforço de reanimação econômica. A gestão desempenhada pelo lulo-petismo é caracterizada pela capacidade de minimizar a inércia da barbárie, combinando “transferência de renda, aumentos reais do salário mínimo, aquecimento do mercado interno de consumo e de trabalho e grandes investimentos em infraestrutura e, ainda, um braço punitivo hipertrofiado com encarceramento em massa e políticas superarmadas” (GONÇALVES, 2018, p. 146-147).

No entanto, desde 2008, o agravamento da crise mundial não permitia mais fabular esse sonho de desenvolvimento. Com isso, de 2010 em diante as névoas do fim de linha vão baixando sobre o horizonte. Assim, estourada a bolha financeira, sobram os canteiros de obras inacabadas, indígenas removidos de suas terras ancestrais, hidrelétricas sem fio, de projetos de fábricas que nunca existirão. Além disso, o desemprego cresce, a violência recrudescer, as prisões ficam abarrotadas e avança o apelo punitivista. Dessa forma, a expectativa de que o Estado seja o mediador frente às desumanidades características de uma crise econômica e civilizatória cada vez está sendo mais frustrada.

Anteriormente, Gonçalves abordou a questão da criação da raça e o seu vínculo com a escravidão moderna durante o período da colonização nas regiões que vão ser constituídas como a periferia do capitalismo. Além disso, trata de como esse traço se desdobra na realidade brasileira, que estabelece hierarquias sociais que determinam a experiência das mulheres, demonstrando que o racismo é constitutivo dessa sociabilidade. Para Sueli Carneiro (2017), por exemplo, a violência praticada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação que deriva disso está na origem da construção da identidade nacional, na qual é romantizada e erotizada a violência sexual contra essas mulheres. Nesse sentido, isso estrutura o mito da democracia racial no Brasil e organiza as hierarquias sexistas e racistas que se cruzam na condição da mulher não branca. Às mulheres negras não foi concedido o vazio do confinamento doméstico, uma vez que estavam destinadas ao trabalho mais pesado.

O que a autora busca dizer no final do seu texto é a abertura para novas possibilidades de resistência, definindo o “cuidado à vida” como objetivo principal, de forma a negar, sobretudo em um primeiro momento, as manifestações do poder destrutivo do patriarcado capitalista mais urgentes, independente do caminho que o desenvolvimento dele tomar.

Assim, estamos diante dessa crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias que reúne em seu bojo as próprias contradições que impedem a sua manutenção ao negar o valor-trabalho em virtude da automação, ao passo que parece negar também a quantidade finita de recursos naturais, uma vez que segue destruindo a matéria sensível do planeta. Desse modo, busca-se encontrar fugas que não sejam imediatistas e que também não possuam elementos de combate que constituem o próprio aparato repressor do modo de produção de mercadorias, como, por exemplo, a violência sexista e racista e a criminalização da pobreza – em suma, os meios punitivos do Estado.

À parte disso, considerando a importância do conteúdo exposto até aqui, identificamos um limite na tese central no que se refere à categoria de “mulheres” empregada na articulação dos argumentos. De modo geral, Gonçalves especifica a condição das mulheres periféricas em relação às mulheres do centro do sistema do patriarcado produtor de mercadorias. De modo mais específico, no capitalismo periférico, a autora distingue as hierarquias dos escombros entre mulheres brancas e mulheres não brancas, quando fala sobre a invenção da raça e as hierarquias dos escombros e a responsabilidade do racismo como traço constitutivo desse processo de socialização.

Antes disso, contudo, segundo Judith Butler, é um problema político que o feminismo encontra ao julgar a categoria de *mulheres* como uma identidade comum. Isso porque o gênero nem sempre se constituiu com coerência e consistência nos diferentes contextos históricos, além do gênero estabelecer intersecções raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais (BUTLER, 2003, p. 20). Nesse sentido, Gonçalves não lida com mulheres trans e travestis, cujas identidades estão sendo violentadas no processo de crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias. Ademais, estabelecer uma identidade

comum do sujeito feminista, no caso, mulheres cis, é pressupor que a opressão pelo gênero adquire um caráter universal, independente do contexto. Embora Gonçalves apresente algumas especificidades dos sujeitos que constituem as “mulheres dos escombros”, essas distinções ocorrem no interior somente da cisgeneridade, mostrando-se, por vezes, insuficiente.

Apesar de, no primeiro capítulo, Gonçalves esclarecer os pontos de partida que motivaram a tese,

dizendo que não partiu dos estudos clássicos de gênero, há uma limitação que se impõe sobre o sujeito do livro que deixa escapar parte fundamental que possibilitaria uma crítica estrutural ainda mais efetiva. Trata-se da transfobia. A fim de desenvolver as especificidades que o patriarcado capitalista adota na opressão de mulheres trans e travestis, quem são as outras mulheres que não estão nestas páginas mas estão caminhando também no fio da sobrevida?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Maurílio. (2013), “Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina”. *Revista Espaço e Cultura*, 34, Rio de Janeiro, UERJ, p. 195–230.

BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236 p.

CARNEIRO, Sueli. (ANO), *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em 13/04/2022.

FEDERICI, Silvia. (2016), *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Buenos Aires, Tinta y Limón Ediciones.

KURZ, Robert. (1998), *Os últimos combates*. Petrópolis, Vozes.

_____. (2014), *Crise e crítica: o limite interno do capital e o definimento do marxismo. Um fragmento. Segunda parte. Exit! Crise e crítica da sociedade das mercadorias*. Tradução Boaventura Antunes, [local da publicação], [editora]. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz410.htm>>. Acesso em: 30/05/2022.

LABUR/Grupo de Crítica do Valor-Dissociação. *Formação do Trabalho e Modernização retardatária no Brasil. Texto para debate entre os Grupos de Estudos Crítica do Valor-Dissociação (SP, Brasil) e EXIT! (Nurembergue, Alemanha)*. São Paulo, Laboratório de Geografia Humana – LABUR, FFLCH/USP, 2010 (não publicado ou mimeo).

MANDEL, Ernest. (1985), *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultural.

MENEGAT, Marildo. (2003), *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, FAPERJ.

_____. (2015), “O fim da gestão da barbárie”. *Revista Territórios transversais – resistência urbana em movimento*, n3, MTST.

MÉSZÁROS, István. (2002), *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo, Boitempo.

_____. (2010), *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. (1993), *Ecofeminismo*. Lisboa, Instituto Piaget.

PRADO JÚNIOR, Caio. (2000), *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”. *Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO.

SCHOLZ, Roswitha. (ANO), *O valor é o homem*. (Local da publicação), (Editora). Disponível em:<<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>. Acesso em: 08/04/2022.